

Conferência: Ação Sindical e Políticas Públicas para os setores da ICM

22 a 24 de agosto de 2023

Auditório da CUT Brasília - SDS | Ed. Venâncio V, subsolo, loja 14 | Asa Sul | Brasília/DF



A política adotada pelos últimos governos deteriorou rapidamente as condições de trabalho. O Teto de Gastos (EC 95, 2016) constitucionalizou a austeridade ao adotar o congelamento dos gastos públicos por 20 anos. A reforma trabalhista (Lei 13.467, de 2017) promoveu a precarização do trabalho ao permitir a terceirização irrestrita, o trabalho intermitente, a prevalência do negociado sobre o legislado; o enfraquecimento das estruturas da justiça do trabalho e o ataque à arrecadação de contribuições sindicais. A situação piorou com a reforma da Previdência Social (EC 103, de 2019) que aumentou a idade e o tempo mínimo de contribuição para ter acesso a benefícios. Este cenário foi agravado pela pandemia do COVID-19 e a necropolítica adotada pela administração do ex-presidente Jair Bolsonaro. O resultado destas políticas foi o aumento da informalidade, desemprego, desalento, insegurança alimentar e piora do acesso a serviços públicos; afetando de forma desproporcionada os/as mais vulneráveis.

Em 2023, o Presidente Luis Inácio Lula da Silva assumiu o governo federal com o enorme desafio de reconstruir o país e recolocar o Brasil nos trilhos da democracia e da justiça social. Para isso, faz-se necessário fortalecer as instituições democráticas de direito, retirar o país novamente do mapa da fome, aumentar o emprego, a renda e o acesso à saúde.

A ICM, federação sindical Internacional de trabalhadores/as dos setores da Construção de Madeira, está comprometida com esta recuperação. No total, a ICM tem afiliados 351 sindicatos que representam cerca de 12 milhões de membros em 117 países em todo o mundo. No Brasil, a ICM afilia a 74 sindicatos da construção (civil e pesada), madeira e setores afins.

O segmento da construção no Brasil sempre teve destaque, tanto pelo número de trabalhadores/as envolvidos direta e indiretamente em suas atividades, como por sua relevância econômica em relação às políticas públicas; e, também, pelo fato de o país possuir empresas de considerável visibilidade. Considerando a necessidade de recuperação da atividade econômica, redução do déficit habitacional e melhoria da infraestrutura nacional, gerando empregos, é imprescindível priorizar o aumento de investimentos públicos para infraestrutura e habitação popular. Os sindicatos devem participar como protagonistas desta discussão com a reativação de mesas tripartites de concertação social, como a *Mesa Nacional da Construção*.

As organizações sindicais afiliadas da ICM Brasil convidam representantes de órgãos governamentais, movimentos sociais e representantes de empregadores para discutir a retomada de políticas públicas habitacionais e de infraestrutura, as condições de trabalho e a participação de mulheres no setor e o enfrentamento da crise climática.

A questão habitacional é estratégica no Brasil, país com considerável assimetria de renda; levando a um acesso muito diferenciado da população em geral à moradia. Em 2021, a ICM, em cooperação com a Fundação Friederich Ebert, analisou o impacto dos cortes no Programa *Casa Verde Amarela*. Este corte repercutiu negativamente na geração de empregos diretos e indiretos, na geração de renda, na arrecadação fiscal, no efeito multiplicador em outros setores e no combate ao déficit habitacional, que já ultrapassava os 5,9 milhões de imóveis, ou 8% do total dos domicílios do país. Com a retomada do programa Minha Casa, Minha Vida em fevereiro de 2023, o governo Lula se compromete com a construção de residências subsidiadas pelo governo para famílias de baixa renda e com a criação de empregos na construção civil. É necessário expandir e garantir que aqueles/as trabalhadores/as que constroem, também tenham direito à moradia; por isso propomos a criação do programa ‘*Casa para quem constrói casa*’.

Em 2022, a ICM entregou um documento de análise e propostas para o setor de construção pesada e infraestrutura para o então candidato à presidência da República, Lula, com uma agenda para os quatro anos de governo para a retomada das obras de energia, portuária, naval, petróleo, gás, entre outras. Passados seis meses do início do mandato, reavaliaremos estas propostas, considerando os esforços em marcha de retomada do *Programa Minha Casa, Minha Vida*, o *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC) e conclusão de obras até então paradas como a Ferrovia de Integração Oeste-Leste, a construção do Porto Sul, a barragem de Pedra de Ferro, obras de pavimentação, a construção de parques energéticos, entre outros.

O nível de informalidade na construção no Brasil ainda é alto em comparação com a média nacional, principalmente na construção civil. Segundo dados da PNAD Contínua no quarto trimestre de 2019, apenas 18,5% dos empregos da construção civil eram formais. Já na construção pesada, o perfil do trabalhador é um homem (91%), pardo ou preto (64,2%), com baixo nível de escolaridade (84,1% possuem até o ensino médio completo). É necessário investir na formalização do trabalho nos setores da construção e da madeira, assim como na qualificação profissional.

Este setor também está marcado pela segregação de gênero. Em 2021, a participação de mulheres na construção civil era de apenas 10,85% (RAIS-MTE). Nos últimos anos houve um incremento na participação de mulheres em ocupações qualificadas, como engenheiras, arquitetas e técnicas de saúde e segurança ocupacional. Apesar do aumento de participação em empregos qualificados, as trabalhadoras da construção ainda são minoria e recebem salários inferiores aos dos homens que realizam o mesmo trabalho, além disso, têm poucas oportunidades de progressão de carreira.

A Lei de Igualdade Salarial e de Critérios Remuneratórios para mulheres e homens (Lei 14.611, de 2023) sancionada em julho de 2023 é uma oportunidade para diminuir a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, especialmente em setores masculinizados como a construção e a madeira. Os sindicatos devem participar na fiscalização do cumprimento desta lei, tanto na eliminação da brecha salarial entre homens e mulheres, quanto na elaboração de políticas públicas de fomento à capacitação e à formação de mulheres para o ingresso, a permanência e a ascensão no mercado de trabalho em igualdade de condições com os homens.

Um dos elementos que retém a mulher fora do mercado de trabalho da construção e da madeira é a violência e o assédio. Recentemente, a Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a eliminação da violência e do assédio no local de trabalho, a primeira norma internacional sobre o tema, foi encaminhada à Câmara dos Deputados pelo Poder Executivo como MSC 86/23 e aguarda apreciação da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. A ICM apoia a ratificação e implementação da C190 e acredita que este é um mecanismo importante para eliminar a violência de gênero no local de trabalho e fora dele.

Por último, como representante internacional dos/as trabalhadores/as da madeira, em 2021, a ICM fundou a Rede Sindical Amazônica – com representantes sindicais de sete dos nove países que compõem a Amazônia Internacional (Brasil, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador e Peru). O Brasil detém 67,1% da superfície amazônica. Nos últimos quatro anos, o governo Jair Bolsonaro desmontou a governança ambiental do país e declarou guerra aos povos da floresta. O resultado de sua gestão foi um aumento de 73% na taxa de desmatamento da Amazônia, que chegou ao maior nível dos últimos quinze anos. Do outro lado está Luiz Inácio Lula da Silva, que retomou em seu governo o

plano de combate ao desmatamento e o programa de combate à destruição e conseguiu que os alertas de desmatamento na Amazônia caíssem 33,6% no primeiro semestre de 2023 em relação ao mesmo período do ano anterior (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Ministério do Meio Ambiente e da Mudança do Clima). A Rede Sindical Amazônica da ICM apoia estes esforços e pede que sejam estabelecidas políticas de articulação dos sindicatos da ICM junto as autoridades nacionais para a proteção da floresta e para a promoção do trabalho decente.

Neste contexto, a Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira com a cooperação da *Fundação Friederich Ebert* e de *SASK*, promove a Conferência *Ação Sindical e Políticas Públicas para os setores da ICM* para operar as demandas específicas de cada setor e sua relação com o governo e a iniciativa privada.

A Conferência apresenta elementos do contexto internacional e nacional para promover um debate qualificado e baseado em evidências sobre as perspectivas e para construir propostas setoriais que fortaleçam as organizações sindicais e a luta por direitos sociais e trabalhistas.

Objetivos



1. Avaliar o contexto dos setores da ICM no Brasil e na América Latina e Caribe;
2. Debater as políticas públicas que estão sendo implementada nos setores-da ICM no Brasil e avaliar sua concordância com as propostas encaminhadas ao então candidato Lula em julho de 2022;
3. Promover a ação sindical no marco das políticas públicas elencadas, assim como contribuir com o melhoramento das mesmas;
4. Contribuir com a formulação de novas políticas públicas que promovam o desenvolvimento dos setores da ICM e de seus trabalhadores.

1º dia: Terça-feira, 22 de agosto de 2023	
Auditório da CUT Brasília - SDS Ed. Venâncio V, subsolo, loja 14 Asa Sul Brasília/DF	
🕒 12:00	<u>Almoço</u> Restaurante ST PAUL PLAZA HOTEL SHS, Quadra 02 Bloco H - Asa Sul, Brasília - DF, 70322-902
🕒 13:00	<u>Credenciamento</u> Auditório da CUT Brasília - SDS Ed. Venâncio V, subsolo, loja 14 Asa Sul Brasília/DF CEP 70393-900
🕒 13:30	<u>Abertura</u> <ul style="list-style-type: none"> • Denilson Pestana – Presidente da Internacional de trabalhadores da Construção e da Madeira (ICM) para América Latina e Caribe (ALC) • Nilton Freitas – Representante Regional ICM ALC • Christoph Heuser – Representante no Brasil, Fundação Friedrich Ebert • Patricio Sambonino – Representante na América do Sul - Centro de Solidariedade Sindical da Finlândia (SASK) • Paulo Pimenta - Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) (a confirmar)
🕒 14:30	<u>Sessão 1</u> <u>Análise de Conjuntura</u> <i>Esta sessão procura trazer elementos da conjuntura econômica brasileira e latino-americana e caribenha para os setores da construção e da madeira, as tendências de investimento público em obras de infraestrutura, a agenda de desenvolvimento nacional e regional e suas implicações para os/as trabalhadores/as.</i> <ul style="list-style-type: none"> • Carlos Mussi, Diretor do Escritório da CEPAL em Brasília • Thomaz Ferreira Jensen, Economista - Departamento Intersindical de Estatística y Estudios Socioeconômicos (DIEESE) • Sandro Silva, Economista - Departamento Intersindical de Estatística y Estudios Socioeconômicos (DIEESE-PR) <p>Moderador: Denilson Pestana, Presidente Regional ICM ALC</p>
🕒 16:00	Intervalo para café
🕒 16:30	<u>Sessão 2</u> <u>Fortalecimento das relações trabalhistas no Brasil</u> <i>Diálogo a respeito das relações sindicais e dos processos de negociação coletiva no Brasil e ajustes no marco normativo para fortalecer os direitos trabalhistas e o diálogo social.</i> <ul style="list-style-type: none"> • Marcos Perioto – Secretário de Relações do Trabalho MTE • Claudio Silva Gomes – Central Única de Trabalhadores (CUT) • Gelson Santana – União Geral dos Trabalhadores (UGT) • Irailson Warneaux (Gazo) - Força Sindical (FS) • Eduardo Armond – Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) <p>Moderadora: Josileide Neri SINTRACON-SP, Titular Comitê Regional de Mulheres ICM</p>
🕒 18:00	Encerramento das atividades do dia

2º dia: Quarta-feira, 23 de agosto de 2023

Auditório da CUT Brasília - SDS | Ed. Venâncio V, subsolo, loja 14 | Asa Sul | Brasília/DF

<p>🕒 09:00</p>	<p>Sessão 3 Políticas públicas para o setor da construção e materiais</p> <p><i>Esta sessão tem como objetivo promover um diálogo entre os trabalhadores da construção e de materiais com os atores governamentais e a iniciativa privada para avaliar a participação de representantes de trabalhadores/as na formulação de políticas públicas e promoção do trabalho decente nestes setores.</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Renato de Sousa Correia– Diretor Executivo, CBIC-Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (a confirmar)• Raimundo Suzart, Direção do Sindicato dos Químicos do ABC• Antônio Ramalho, Presidente do SINTRACON-SP <p>Moderador: Josemar Bernardes, SINTRAMOG</p>
<p>🕒 10:30</p>	<p>Intervalo para café</p>
<p>🕒 10:45</p>	<p>Sessão 4 Políticas públicas para o setor da Infraestrutura – Novo PAC e Plano de Transição Ecológica</p> <p><i>Esta sessão visa avaliar as possibilidades do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) e o Plano de Transição Ecológica para os/as trabalhadores da construção pesada e a importância de reestabelecer a Mesa Nacional da Construção.</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Miriam Belchior – Secretária-Executiva da Casa Civil• Antônio Correa Lacerda, Assessor da Comissão de estudos especiais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)• Claudio Medeiros, Presidente SINICON - Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada-Infraestrutura• Raimundo Ribeiro Santos Filho (Bahia) - SINTRAPAV-PR <p>Moderador: Adalberto “Bebeto” Galvão, SINTEPAV-BA</p>
<p>🕒 12:30</p>	<p>Almoço</p>
<p>🕒 14:00</p>	<p>Sessão 5 Políticas públicas para o setor de Madeira e Floresta</p> <p><i>Esta sessão possui as seguintes perguntas orientadoras: como promover um diálogo social entre os trabalhadores dos setores florestal e da madeira com os atores governamentais e a iniciativa privada? Como os sindicatos podem participar na formulação de políticas de reflorestamento e promoção do trabalho decente na região Amazônica?</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Leonardo Martin Sobral, Gerente de Cadeias Florestais, Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA)• Eugênio Pantoja, Diretor de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)• Amy Duchelle, Oficial Sênior de Florestas e Líder da Equipe de Florestas e Clima, FAO• Nilton Betim, SITIM JAGUARIAÍVA <p>Moderador: Carolina Dantas, Assessora ICM LAC</p>
<p>🕒 15:30</p>	<p>Intervalo</p>

 16:00	<p><u>Sessão 6</u> Políticas públicas para a promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres e combate à violência e assédio no local de trabalho</p> <p><i>O objetivo desta sessão é discutir as oportunidades postas pela Lei de Igualdade Salarial (Lei 14.611, de 2023) e o caminho para a ratificação da Convenção 190 da OIT sobre a eliminação da violência e do assédio no local de trabalho (MSC 86/23).</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Rosane da Silva, Secretária Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados, Ministério das Mulheres • Denise Motta Dau, Secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Ministério das Mulheres • Dra. Luciana Baruki, Auditora Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego • Prof. Dra. Marilane Teixeira, Pesquisadora Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - Instituto de Economia – Universidade de Campinas <p>Moderadora: Lucineide Varjão, Dirigente do Sindicato de Químicos de São Paulo</p>
 18:00	<p>Encerramento das atividades do dia</p>

3º dia: Quinta-feira, 24 de agosto de 2023

Auditório da CUT Brasília - SDS | Ed. Venâncio V, subsolo, loja 14 | Asa Sul | Brasília/DF

<p>🕒 09:00</p>	<p><u>Sessão 7:</u> Retomada do 'Minha Casa, Minha Vida' <i>Esta sessão pretende analisar o diagnóstico do déficit habitacional no Brasil, os caminhos da política de habitação nos últimos anos e o papel dos órgãos públicos, das organizações sindicais, movimentos sociais e das empresas privadas na construção de residências para famílias de baixa renda e criação de empregos na construção civil.</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Luiz Alberto Nozaki Sugahara, representante da Vice-Presidência de Habitação da Caixa Econômica Federal• Rodrigo Rafael, Coordenador Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST)• Prof. Dr. Benny Schvarsberg, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília• Andrea Santos, Presidente Federação Nacional Arquitetos (FNA)• Nicolás Menassé, Secretário de Educação ICM LAC <p>Moderador: Claudio da Silva Gomes (Claudinho), Presidente CONTICOM-CUT</p>
<p>🕒 10:30</p>	<p style="text-align: center;">Intervalo para café</p>
<p>🕒 10:45</p>	<p><u>Sessão 8</u> <u>Políticas de integração latino-americana</u> <i>O painel tem por objetivo discutir iniciativas políticas que promovam e auxiliem uma maior integração regional, como investimentos em infraestrutura, integração da cadeia de valor regional e políticas de transferência de tecnologia.</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Ministro João Carlos Parkinson de Castro, Ministério de Relações Exteriores• Valter Sanches, Chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais do Ministério do Trabalho e Emprego• Tatyana Scheila Friedrich, Diretoria de Migrações no Ministério da Justiça• Antônio Lisboa, Presidente Adjunto Confederação Sindical Internacional (a confirmar) <p>Moderador: Reinaldim Barbosa Pereira, Presidente FETRACONSPAR</p>
<p>🕒 12:30</p>	<p style="text-align: center;">Encerramento</p> <ul style="list-style-type: none">• Denilson Pestana – Presidente da Internacional de trabalhadores da Construção e da Madeira (ICM) para América Latina e Caribe (ALC)• Nilton Freitas – Representante Regional ICM ALC